

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas testemunharam um clima geral de “crise” nas ciências sociais e na filosofia e também a emergência de novas perspectivas teóricas e metodológicas, novos objetos, novas abordagens. Entraram em cena as chamadas propostas “pós-modernas”, “pós-estruturalistas”, “pós-marxistas”, a “revolta micro-sociológica”, a “pesquisa dos micro-fundamentos”, a “retórica”, etc. Multiplicação de propostas que, em última análise, expressa a crise de confiança e a falência de uma determinada concepção de razão: a razão moderna de corte iluminista. Razão que se auto proclama fonte do progresso no saber e na sociedade, *locus* privilegiado da verdade e do conhecimento objetivo e sistemático e que, por definir-se desta forma, pretende-se capaz de elaborar normas teóricas e práticas, construir sistemas de pensamento e ação e, por certo, planejar de forma duradoura a ordem social e política.

A razão ora posta em juízo sempre possibilitou a nítida demarcação entre racional e irracional, entre *episteme* e *doxa*, entre verdade e erro, entre ciência e não ciência, incluindo, neste último caso, uma hierarquização das ciências particulares – umas mais e outras menos científicas. Assegurava, a rigor, o estatuto de cientificidade das várias ciências, inclusive o da ciência econômica. O movimento crítico, no entanto, dada sua extensão e magnitude, desestrutura tudo aquilo sobre o que se referenciava a prática do conhecimento científico. Por esse motivo, as ciências não puderam ignorar a crise, já que esta é igualmente a *sua* crise. Havia que confrontar as novas condições que punham em questão a sua própria legitimidade. Como se pretender científico um saber se não há mais objetividade, se os valores são sempre seus elementos constitutivos, se previsão e controle estão predicados a esses valores, etc.? Como se pretender científico um saber que não dispõe mais da chancela da concepção moderna e iluminista de racionalidade?

Assim como as demais ciências, a Economia teve que procurar respostas a estas dúvidas. A isso se obrigou, talvez mais até do que as outras ciências sociais, uma vez que, por constituição, a Economia sempre tomou as ciências da natureza - a Física em particular - como padrão de racionalidade científica. Neste sentido, percorreu um duplo caminho. Por um lado, teve a ciência econômica que se perguntar pelas condições de sua própria prática enquanto saber específico, de se voltar para si mesma e questionar seus próprios fundamentos, métodos, critérios de justificação, etc.. De outro, por sofrer o impacto das teorias, formulações, perspectivas, sintetizadas no campo da filosofia contemporânea, teve que buscar ali novos referenciais teóricos. A pesquisa que ora propomos procura dar conta deste duplo caminho. A auto-reflexão da Economia sobre seu fazer científico e as inspirações que encontra na filosofia para tal reflexão.

2. OBJETIVOS DO PROJETO INTEGRADO

Com certeza seria um truísmo afirmar que o objetivo de um projeto teórico é o seu próprio desenvolvimento. Mas teoria, admitidamente, é entendimento. Então, ainda no terreno dos truísmos, o objetivo do projeto seria o entendimento do seu objeto. No caso particular, o objetivo consiste em compreender os problemas

envolvidos na auto-reflexão filosófico-metodológica da ciência econômica, sob o impacto da crise da concepção iluminista de racionalidade.

Mais especificamente, o objeto tem seus contornos delimitados pela crítica heterodoxa à fundamentação filosófica e ao método das teorias de arquitetura interna neoclássica. Nessa crítica e em sua refutação materializa-se, por assim dizer, o objeto da investigação: os atuais realinhamentos, reacomodações e redefinições da consciência filosófica e metodológica da ciência econômica. De fato, tanto as investigações anteriores dos proponentes da pesquisa sobre o assunto como sugestões, explícitas ou não, frequentes na literatura econômica permitem inferir que a expedita absorção da crítica à racionalidade iluminista por parte de autores neoclássicos surge como resposta às críticas feitas ao caráter irrealista das formulações neoclássicas, ao seu excessivo formalismo, etc.

Em um de seus blocos, a pesquisa propõe-se a identificar os conceitos que são constitutivos do discurso da ciência econômica e que demandam, por essa razão, uma integração consciente na teoria. Conceitos dos quais depende a própria justificação da ciência (verdade, objetividade, eficácia, valor, etc.) e que, dada a crise da racionalidade ocidental, não podem mais ser assumidos com suas conotações tradicionais. Trata-se, igualmente, de examinar como ortodoxos e heterodoxos articulam tais conceitos em suas novas e variadas acepções. Para tanto, será necessário analisar o discurso filosófico praticado no interior da ciência econômica pelos próprios economistas. E, neste caso, o meio de acesso consiste naturalmente de textos que, por um lado, aflorem questões metodológicas e filosóficas e, por outro, sejam representativos das correntes teóricas privilegiadas na pesquisa: ortodoxas (novos clássicos e novos keynesianos) e heterodoxas (pós-keynesianos e neoschumpeterianos).

Como estes discursos são inspirados e influenciados pelo debate no campo filosófico, não há como não referi-los à filosofia. Neste caso particular, estamos admitindo que as correntes filosóficas mais significativas são o realismo crítico, o pós-estruturalismo e o neopragmatismo. Compreendemos as duas últimas como um desfecho previsível do que chamamos de desventuras da epistemologia que, grosso modo, inicia com a crítica de Popper ao positivismo lógico. Em seu segundo bloco, portanto, a pesquisa propõe-se a investigar as respostas que essas diferentes correntes oferecem para os problemas da racionalidade e a identificar sua influência no discurso da ciência econômica.

2.1. Objetivos Específicos:

Serão desenvolvidos pelos pesquisadores e respectivas equipes com definição de atribuições específicas mas com o cuidado de não cristalizar especializações estanques. Neste sentido, a pesquisa terá por orientação a integração permanente de seus resultados, muito embora compreenda os campos de investigação discriminados a seguir:

2.1.1. Descrição e análise das desventuras epistemológicas da Economia, desde seus momentos mais heróicos, em que se pretendia física social, até sua final rendição ao ceticismo epistemológico de corte kuhniano, lakatosiano, retórico, pós-moderno, etc.

2.1.2. Identificação e análise, no campo da filosofia, dos desdobramentos teóricos deste mesmo processo de crise que afirma o colapso do real e põe em dúvida a racionalidade iluminista, a ciência positiva, a idéia de verdade como adequação, a noção de linguagem como meio neutro e transparente, etc. Mais especificamente, trata-se de discutir o conteúdo da chamada “agenda” pós-moderna e de seus desdobramentos pós-estruturalistas e neopragmatistas.

2.1.3. Análise do parentesco do processo de reflexão filosófica e epistemológica no interior da Economia com as reformulações análogas no campo da filosofia propriamente dita.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Não pode ser mera coincidência que precisamente neste momento favorável, no qual a sociabilidade do capital detém uma hegemonia incontestada, a Economia passe a limpo sua fundamentação filosófica e metodológica. Naturalmente, não para dispensar a crença no mercado, mas para fundamentá-la em bases distintas. Processo que, ademais, longe de estar imune às redefinições teóricas realizadas no campo filosófico propriamente dito, vale-se delas com notável eficácia .

Por esta razão, o momento atual parece oferecer uma rara oportunidade para analisar-se tal processo de reformulação. Oportunidade que o presente projeto de pesquisa propõe explorar concentrando-se, principalmente, nas reelaborações mais recentes no campo da filosofia e metodologia da Economia. Porém, por serem as mais recentes dentre outras tentativas da Economia de reconhecer e ver reconhecido seu estatuto científico, estas reelaborações devem ser analisadas como momento de um processo mais geral e a ele referidas.

Este processo, para colocá-lo em termos bastante esquemáticos, inicia com o período durante o qual a Economia sofre a influência decisiva de diferentes posições filosóficas positivistas, para experimentar uma inflexão nas últimas décadas. Desta vez, sob a influência seja de posições filosóficas por alguns denominadas de antipositivistas, representadas por teóricos da filosofia da ciência como Kuhn, Lakatos, Feyerabend, etc., seja por tendências filosóficas mais gerais como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo e o neopragmatismo. Tais fases do processo, sinalizam, a primeira, o compromisso da Economia com os preceitos epistemológicos de demarcação científica, e, a segunda, a rejeição, radical às vezes, já outras nem tanto, de tal compromisso. O cometimento na primeira fase era, portanto, a demarcação entre ciência e não-ciência. E a Economia cuidava de fugir da fronteira, à qual se via ameaçada na condição de ciência social. Com este propósito, é bom aduzir, tinha vista comprida para os métodos das ciências da natureza, em particular os da física. Era a época, cândida, dos testes empíricos, das verificações, confirmações e falsificações.

Na segunda fase, pelo contrário, tudo vira ao avesso. Pois a refutação da epistemologia teve que ser em bloco. Implicou abolir toda possibilidade de discriminação entre tipos de conhecimentos, a qual estivera exclusivamente fundada em critérios epistemológicos. É que os fatos (dados), que antes verificavam, depois confirmavam, e adiante falsificavam as proposições e, por estas vias, separavam o científico do não-científico, distinguiram o racional do irracional, apartavam a verdade da falsidade, estes fatos, como se veio posteriormente a descobrir, e, mais grave, com desafetada surpresa, eram já produtos da linguagem, vinham carregados de interpretação, de concepções, noções metafísicas, valores, etc. Não custou concluir que sustentar o caráter científico do conhecimento em fatos produzidos pelo conhecimento envolvia uma formidável tautologia. E, vale recordar, como a verdade, o racional, a possibilidade de conhecer o real, dependiam exclusivamente destes procedimentos epistemológicos, foram todos postos fora junto com a água e o balde. Esta é a época, cética e pragmática, dos modelos que não mais representam a realidade, mas constituem simples instrumentos operativos da prática imediata. A fenda aberta pelo colapso do real fornece o espaço ocupado pelo “linguistic turn”, pelos “jogos de linguagem sem sujeito”, com a conseqüente redução de todo discurso, inclusive o científico, à literatura. A Economia pode, assim, ser concebida como literatura escrita em linguagem matemática.

Em tal movimento de sanitização, vertem-se fora não só as impurezas detectadas pela inspeção crítica, mas o próprio objeto da inspeção; não apenas os métodos empregados para validar o conhecimento sistemático e arrazoadado, mas a verdade, o racional e a possibilidade de cognição do real. (Ahmad, A. 1996: 20) O que deixa transparecer menos uma inflexão, como o processo se apresenta à primeira vista, do que um aprisionamento da crítica, consciente ou não, pelos problemas e tópicos priorizados na agenda da posição criticada. Visto por esta ótica, as concepções genericamente caracterizadas como anti-positivistas permanecem reféns da problemática positivista, do seu epistemologicismo, e não o superam pela simples negação. Suspendem o problema posto pelo positivismo, em lugar de resolvê-lo. Arriscando uma provocação, poder-se-ia denominá-las de cripto-positivistas, na medida em que reafirmam, negando, o problema positivista da demarcação entre ciência e não-ciência. E, mais essencialmente, porque, como o positivismo, impugnam por princípio toda colocação ontológica. Desqualificada por este como metafísica; desvalidada por aquelas como metanarrativa.

3.2. O trânsito desde a demonização da metafísica até a desvalidação da metanarrativa, iniciou-se com a crítica ao positivismo lógico por Popper, Kuhn, etc. E que, como se sabe, não foi realizado desde o ponto de vista particular da ciência econômica. Ao contrário, aqueles autores trataram de acusar as debilidades da perspectiva positivista pelo exame de sua influência nas ciências da natureza, em particular a física. E não há nisso mera casualidade. Tinha de ser assim, uma vez que a física sempre foi considerada, e continua sendo, a ciência por excelência. Justamente por isso, as ciências menos cotadas no *ranking* da cientificidade não poderiam deixar de sofrer os efeitos de críticas que levantavam suspeitas sobre os protocolos metodológicos que supostamente garantiam a cientificidade da ciência exemplar. A Economia, que sempre teve na física seu paradigma - disposição concretamente

amparada pela evidente expressão quantitativa dos fenômenos econômicos-, não poderia permanecer indiferente a tais transformações. Não é nosso propósito inspecionar em seus detalhes o pensamento de Popper, Kuhn, Lakatos, etc. para mostrar, em seguida, quais de seus elementos foram incorporados ou não na maneira pela qual a ciência econômica reflete sobre sua prática. Tal trabalho exegético já foi realizado por inúmeros autores. Nosso interesse, ao contrário - e quer nos parecer que aqui reside a originalidade da proposta -, consiste em saber como a ciência reage ao ceticismo latente na posição dos referidos autores quanto ao próprio estatuto científico da ciência. Em outros termos, como a ciência econômica sentiu e vivenciou o edito, proveniente da filosofia da ciência e dirigido especialmente à física, que bane a idéia de ciência positiva?

Metodólogos da ciência econômica tais como Blaug, Caldwell, Hausman, Boland, etc. têm produzido inúmeras sínteses sobre as eventuais adaptações da ciência econômica às súbitas novidades provenientes da filosofia da ciência. Procuram avaliar ora se a ciência econômica atendia às prescrições do positivismo lógico, ora se os seus teóricos comportavam-se de acordo com a ética popperiana, mais adiante se a ciência econômica experimentou alguma revolução kuhniana e, por último, se o programa de pesquisa neoclássico é lakatosianamente progressivo ou degenerativo. Nem uma linha é gasta, no entanto, para colocar em questão aquilo que Schumpeter denominou de “ato cognitivo pré-analítico”. Tudo se passa como se os protocolos metodológicos fossem empregados pela ciência como se usa uma peça de vestuário. Quando está na moda confere ao corpo uma embalagem socialmente mais apreciada, mas não produz qualquer alteração no conteúdo. Qual uma apressada modelo no calor do desfile, a ciência econômica tem vestido e despido os ousados modelos científicos da filosofia da ciência mas, no cotidiano, vive a vida com sua roupagem de sempre.

Entretanto, se tem sido esta a relação da ciência econômica com a filosofia da ciência, há que se perguntar qual o sentido das mudanças que promoveu em sua fundamentação metodológica, desde o positivismo lógico até as propostas mais recentes de Kuhn e Lakatos, passando pelo falsificacionismo popperiano. Como é evidente, este processo envolveu uma perda de proporções nada desprezíveis, uma vez que consistiu na progressiva redução do estatuto científico da ciência. Redução com a qual as ciências da natureza podem conviver, na medida em que, perdida a verdade, ainda podem manter seu *status* pela tecnologia que contribuem para prover. A Economia, se é mesmo do ramo das humanidades, não dispõe do mesmo recurso e, por isso, deve ter desenvolvido, no decorrer desse processo, algum expediente compensatório. Pois como já assinalara Weber, em seu ensaio *Ciência e Política: Duas Vocações* (1975) e, recentemente, Richard Rorty (1991), ciências sociais como a Economia não podem fundar-se na pretensão de prover tecnologia de controle social, pois enquanto tecnologia teriam que pressupor finalidades externamente dadas. Condição de todo impossível, uma vez que, como frisam ambos os autores, o objeto específico de uma ciência social é justamente o sentido da vida humano-social, a investigação das finalidades genuinamente humanas; em uma palavra, os valores.

Neste processo de ceticismo crescente Popper, como se sabe, provoca um razoável abalo nas certezas prometidas pelo positivismo lógico. Sua proposta de substituir a verificação pela falsificação das proposições científicas representa, sem dúvida, a introdução de um elemento de ceticismo na afirmação da cientificidade. De

fato, a tentativa de demarcar entre ciência e não ciência postulando a necessidade de submeter as teorias e proposições a testes construídos deliberadamente para falsificá-las envolve, como lembra Blaug, algo mais do que uma mudança semântica. (Blaug, 1988: 8) Ao contrário do critério da verificação, que supostamente atesta o caráter científico de uma teoria que tenha satisfeito qualquer bateria concebível de testes, o falsificacionismo proposto por Popper assegura tão somente que uma teoria ou conjunto de proposições podem ser considerados científicos enquanto não tenham sido falsificados. Em outros termos, mesmo levando-se em conta que o falsificacionismo popperiano não resiste às variadas críticas que lhe foram dirigidas - as quais não importa aqui tematizar -, e muito embora Popper pretendesse por intermédio de seu critério separar as proposições metafísicas (não falsificáveis) das proposições científicas (em princípio falsificáveis), seu critério de demarcação confere um certificado de cientificidade apenas provisório às proposições ditas científicas. Certificado que em nada garante que as teorias e proposições que não foram refutadas pelos testes de falsificação estão livres da nefasta intrusão de noções metafísicas, de valores, portanto, de ideologia.

Outro momento crucial no referido processo é a obra de Thomas Kuhn que, manifestamente, constitui uma crítica e superação da proposta de Popper. Kuhn substitui a metodologia normativa de Popper pela história positiva das ciências. Em lugar do falsificacionismo abstrato, exercido por cientistas individuais identicamente abstratos, Kuhn sugere que qualquer ciência particular existe e se desenvolve na medida em que delimita um campo e métodos específicos de investigação. Neste sentido, o conjunto sistemático de conhecimentos sobre determinado assunto desfruta necessariamente, durante o período em que exerce hegemonia, o estatuto de ciência “normal”. A história do progresso da ciência consiste, de acordo com esta visão, da história das revoluções através das quais cada ciência “normal” vai sendo sucessivamente suplantada. (Kuhn, 1970)

Não importa aqui entrar no mérito desta história “revolucionária” do progresso da ciência. Para os propósitos deste projeto, basta assinalar que as transformações aludidas pela concepção de Kuhn, vale dizer, as que dão lugar à superação de uma ciência “normal”, referem-se substancialmente às concepções gerais acerca do objeto da ciência em questão. Em outros termos, sendo o objeto neutro em relação a todos os esforços do conhecimento, nada se passa com ele com a passagem de uma ciência “normal” para outra. Isto significa que a noção de ciência “normal” está predicada ao que Kuhn denominou “paradigma”. E que as revoluções são, no essencial, alterações substantivas no paradigma sobre o qual a ciência se sustenta (Pheby, 1988). Nas palavras de Caldwell:

“Qual é a natureza da ciência normal? [...] representa uma tentativa de forçar a natureza no molde pré-formado e inflexível fornecido pelo paradigma.... A ciência normal não procura produzir novidades; pelo contrário, é uma atividade destinada a resolver *puzzles* - o cientista procede de acordo com um conjunto de regras bem definido; as soluções usualmente estão dadas por antecipação; tais atividades testam a habilidade dos cientistas em manipular os instrumentos que utiliza; e o insucesso em resolver um problema particular é encarado mais como um reflexo da competência do cientista do que da natureza do problema ou dos métodos usados. Em adição a isto, *é através do “fazer” a ciência normal que o cientista aprende as hipóteses metodológicas, metafísicas, teóricas e instrumentais de sua disciplina;*

ou seja, aquelas regras e valores que são aceitas em sua própria linha de trabalho. É importante compreender que muito pouco desta educação é consciente; ela se dá aos poucos, ao longo do tempo e resulta da própria atividade científica. (Caldwell, 1982: 71) [itálicos nossos]

Se assim se faz “ciência normal” segundo Kuhn, resulta evidente a intrusão ineliminável dos valores, da ideologia, dos interesses, etc. na constituição do discurso científico. Por conseguinte, a ciência não tem mais como pretender-se axiologicamente neutra. E, vindo de Caldwell, tal reconhecimento não é externo à ciência econômica. Ao contrário, é afirmado desde o seu interior. Mas, se a ciência sempre sustentou seu estatuto científico baseado em sua suposta objetividade, sua neutralidade em relação aos valores, como conviver agora com a constatação de que estes últimos são inelimináveis? Se ciência e valores, sempre tidos como antitéticos, apresentam-se agora indissociáveis, como será possível fazer ciência?

Em um ensaio que antecipa seu livro *More Heat than Light*, no qual procura demonstrar que a teoria econômica de inspiração neoclássica “está fundada sobre uma única metáfora matemática que identifica a “utilidade” com a energia potencial da física do século XIX”, Mirowski sugere que, pelo menos para a teoria neoclássica, a fundamentação filosófica nunca foi importante. Em sua opinião, nenhuma das transformações “metodológicas” experimentadas pela teoria econômica neoclássica alterou as noções básicas sobre a sociedade, o ser humano e a economia. De sua versão walrasiana, mais ao estilo da cientificidade da física, até sua defesa baseada em argumentos pós-modernos, com McCloskey, a teoria econômica neoclássica sempre procurou reafirmar, direta ou indiretamente, as idéias fundamentais subjacentes à metáfora originada da física. Se o procedimento da teoria neoclássica tem sido sempre, no fundamental, metafórico, aparentemente não constitui qualquer inconveniente adotar, pelas mãos de McCloskey, o pragmatismo pós-moderno rortyano. Para tanto, na opinião do autor, seria suficiente que a teoria neoclássica

“[suprimisse] todos os componentes desconfortáveis ou tolos da metáfora construída pelos patriarcas - o que, aliás, os modernos neoclássicos têm feito, faça chuva ou faça sol, com sua cega concentração nos aspectos técnicos da matemática - e avaliar a “engenho” do produto resultante por meio de seus critérios gerados internamente”. (Mirowski, 1987: 87)

Tal estratégia, porém, recorda o autor, nada mais significa do que o “teste do mercado” travestido de filosofia pós-moderna. Representa, em outras palavras, a justificação da teoria pelo fato de que “funciona”. Funciona porque “vende”, ou seja, é hegemônica. Mirowski faz, neste particular, um perfeito paralelo entre arte, ciência e, adicionaríamos, política, sugerindo que, quando em uma destas esferas há uma interdição *a priori* de qualquer questão sobre um sentido para além do seu vocabulário interno, o único critério é o da utilidade instrumental - a *realpolitik*.

“Assim como a versão da *realpolitik* para a grande arte é a arte que ainda vende, a versão da *realpolitik* para a grande teoria econômica é a coisa que os neoclássicos ainda incutem em sala de aula”. (ibid.)

3.3. Em linhas gerais, pode-se identificar hoje diferentes respostas a este processo de reformulação no interior da ciência econômica. Uma primeira resposta, conforme

indicado por Mirowski, é a de autores que não dispõem mais da sanção antes provida pela epistemologia, buscam legitimação na eficácia do saber econômico. Poder de previsão e de controle das regularidades dos fenômenos econômicos valem enquanto justificativa do saber econômico. Neste caso, reconhecem que a ciência não fala mais *da* realidade, mas tão simplesmente elabora modelos, meros instrumentos, mais ou menos eficazes, da prática instrumental. (van Fraassen, 1980) Evidentemente, a eficácia por si mesma não pode se constituir em critério de justificação do estatuto científico, uma vez que, como já o sabia o primeiro positivismo, tal critério é circular e, portanto, insuficiente. Para repisar o óbvio, a eficácia está sempre predicada a finalidades e, por isso, a racionalidade instrumental não tem como contornar a interrogação de sobre quem detém o poder de definir as finalidades. Diante deste impasse, tal posição desqualifica toda interrogação sobre as finalidades e trata de fundar sua autoridade científica sobre sua suposta eficácia e sobre o rigor formal de sua linguagem. Desse modo, dispensa os debates sobre a justificação científica, operando em um vazio de legitimidade teórica e filosófica. (Duayer & Moraes, 1997) Debilidade à qual parece não dar muita importância, talvez porque, como hegemônica, possa se dar a este luxo. Mesmo correndo o risco de toda generalização, pode-se afirmar que esta é a atitude assumida pela maioria dos autores de inspiração neoclássica - monetaristas, neo-keynesianos e novos-clássicos. (Duayer, 1996)

Uma segunda resposta é oferecida por autores que assumem, com consciência e satisfação, as novas circunstâncias do fazer ciência econômica. Estão em total sintonia com as propostas que pensam a ciência econômica como textualidade, como retórica, como persuasão. Dispensa dizer que McCloskey é a figura exemplar desta atitude. Como diz Mäki, há mais de uma década McCloskey procura convencer os economistas de que a Economia é “persuasão retórica” (Mäki, 1995: 1300). Naturalmente, esta resposta exclui qualquer tentativa de justificar o caráter científico da ciência econômica por meio de seu poder de capturar a “realidade”. Aliás, sequer se trata de afirmar a cientificidade do discurso econômico por contraste com outros discursos. Ciência, nesta acepção, é o conjunto de crenças compartilhadas pelos praticantes da “profissão”. Trata-se aqui, é preciso sublinhar, de uma concepção de ciência econômica na qual a eficácia também comparece. Mitigada, oculta, porém conferindo legitimidade ao discurso e, com isso, à prática da “profissão”. Pois o consenso de crenças compartilhadas que determina e define a “profissão” inclui, evidentemente, as finalidades da prática que o discurso instrumentaliza, confere enfim sentido à prática. A interrogação sobre o poder de eleger as finalidades, explicitamente desqualificada na posição anterior, apresenta-se agora de forma oblíqua e dissimulada. Apesar de McCloskey identificar-se com o neoclassicismo, é sua pretensão de que a noção de Economia enquanto retórica possa constituir também o fundamento, digamos, filosófico, de outras correntes. A extensão da influência de McCloskey sobre autores que adotam uma perspectiva muito distinta da neoclássica é uma questão a ser investigada. No entanto, é preciso enfatizar que esta influência ganha inteligibilidade na esteira do asfixiante caudal das tendências filosóficas pós-estruturalista, pós-moderna e neopragmática.

Finalmente, parece igualmente possível distinguir um terceiro tipo de resposta às transformações na fundamentação filosófica e metodológica no âmbito da ciência econômica. Diante deste movimento desestruturador e de colapso do real, há autores e correntes que se mostram céticos quanto às soluções apresentadas. Basta pensar, neste

contexto, nos pós-keynesianos e neo-schumpeterianos. De um modo geral, os autores filiados a estas correntes insistem ainda no realismo enquanto condição essencial da boa teoria. Em Vercelli (1995 e 1991), por exemplo, a tentativa de fundar uma nova concepção de dinâmica reduz-se, em última análise, ao esforço de dotar a ciência econômica de uma fundamentação mais realista, em contraste com concepções que se baseiam na analogia dos fenômenos econômicos com os do mundo natural. Demanda por mais realismo da teoria encontra-se, igualmente, no recente ensaio de Possas (1995), autor que se identifica com o evolucionismo neo-schumpeteriano. Da mesma maneira, a distinção entre fenômenos ergódicos e não-ergódicos, por parte de autores pós-keynesianos (Davidson, Lawson, Winslow, Hamoulda, etc.), tem um sentido semelhante, qual seja, a imposição de limites à redução naturalista dos fenômenos socioeconômicos. Não é casual, portanto, que alguns autores pós-keynesianos recorram ao realismo crítico de Roy Bhaskar para a sustentação filosófica de sua teoria.

O esquematismo de tal diferenciação das posturas metodológicas possíveis não exclui, por suposto, a identificação de certos autores com mais de um tipo de resposta. As formulações de G.L.S. Shackle, por exemplo, são facilmente assimiláveis às propostas de McCloskey, muito embora o primeiro, em geral caracterizado como pós-keynesiano, seja um crítico radical do neoclassicismo defendido pelo segundo. De fato, quando afirma que ciência, natural ou social, é invenção, Shackle parece estar de acordo com a opinião de McCloskey de que a ciência econômica é retórica, ou o “uso de argumentos para persuadir sua audiência numa conversação honesta”. Por outro lado, ao apoiar sua crítica ao neoclassicismo no “agir originativo” dos sujeitos humanos e, por isso, sublinhar o caráter criativo e destruturador deste agir, Shackle a rigor opõe ao neoclassicismo uma ontologia “mais realista” do mundo dos negócios, como o denomina. Neste caso, portanto, longe de sustentar as teses de McCloskey, sua concepção parece pressupor que o estatuto científico da Economia sustenta-se no realismo de seus axiomas básicos, em uma palavra, em sua ontologia (Duayer, 1995 e 1989).

Como quer que sejam interpretados, os realinhamentos e reformulações metodológicas e filosóficas na Economia são de fundamental importância, em nossa opinião, por recolocarem no centro do debate os valores sociais enquanto elementos constitutivos da ciência em geral e, por maior razão, das ciências sociais - incluída a Economia. Como o demonstra, por exemplo, o relatório elaborado pela *Commission on Graduate Education on Economics* sob os auspícios da insuspeita *American Economic Association*. Integrada por eminentes economistas como Lucas, Arrow, Blanchard, Stiglitz, etc., a Comissão estende-se sobre as deficiências do ensino de pós-graduação (em especial o doutorado) em economia nos EUA. Entre outros problemas, assinala a “falta de criatividade, de capacidade de expressão oral e escrita por parte dos estudantes”, a sua dificuldade em definir o tema da dissertação mesmo após três anos de curso, etc., todos eles contribuindo para a extensão da duração do curso, para a “perda de competitividade” dos cursos de economia em relação a cursos como o de *business administration* ou de políticas públicas.

Na identificação das causas das notadas deficiências, o relatório tece algumas considerações de particular interesse. Em primeiro lugar, ao enfatizar que o levantamento das opiniões dos estudantes de pós-graduação não pode substituir o

juízo da Comissão “porque aqueles que obtêm o PhD em economia estão claramente “aculturados” aos valores da profissão” [e que] aqueles que estão menos satisfeitos com o estado atual da disciplina podem muito bem escolher outra profissão”, os autores do relatório admitem expressamente que a profissão tem seus valores. A questão seria, então, saber quais seriam tais valores. Neste particular, porém, o próprio relatório não é de muita valia. Por um lado, porque ao assinalar que um dos traços negativos dos cursos de pós-graduação em economia nos EUA é a “sua aparente uniformidade entre os departamentos”, a ausência de “diferenciação de produtos”, deixa subentendido que a uniformidade dos cursos é negativa. Posição esta reforçada pela seguinte declaração de princípios: “nenhum grupo deve poder ditar o conteúdo da educação de pós-graduação em economia”. Com isso, pode-se concluir que, de acordo com o juízo expresso da Comissão, os valores da “profissão” não são, ou não deveriam ser homogêneos. Ademais, se nenhum grupo tem o direito de impor o conteúdo da educação de pós-graduação em economia, a Comissão parece declarar-se favorável à pluralidade de valores no interior da “profissão”, uma vez que conteúdos diversos pressupõem valores igualmente distintos.

A diversidade de valores da “profissão” é igualmente admitida pela Comissão ao sintetizar as diferentes opiniões dos economistas quanto ao estado atual da Economia: “alguns economistas... estão preocupados com o que entendem como o formalismo vazio praticado atualmente na profissão. Outros, entretanto, estão preocupados com a melhoria nos padrões de análise. Alguns acreditam que os problemas relevantes estão sendo negligenciados; mas outros sentem-se estimulados pelo progresso tornado possível com os novos métodos”. Atitudes opostas, como se vê, presumivelmente determinadas por diferentes valores. Muitas das quais explicadas por algo indicado no próprio relatório, quando este frisa que “nossa [da Comissão] principal preocupação está centrada na medida em que a educação de pós-graduação em economia tornou-se excessivamente afastada dos problemas econômicos reais”. (Commission..., 1991)

Preocupação mais do que justa, agregaríamos, pois se a ciência econômica tem a finalidade de instrumentalizar a prática econômica dos “agentes”, é realmente inquietante verificar que a ciência afasta-se dos problemas econômicos reais. Mas, independente desta questão, cuja gravidade dispensa ênfase, não seria de todo absurdo indagar se tal afastamento dos problemas do mundo real não seria, ele próprio, a afirmação de valores compartilhados por setores da “profissão”. Setores que, a se julgar pelo que é dito no relatório, são majoritários. Seria de se indagar, por exemplo, se o “formalismo vazio” não tem por orientação, consciente ou não, o afastamento dos “problemas reais”. Aliás, é sabido que o próprio Keynes acusava o caráter *unhelpful* do excesso de formalismo matemático.

De todo modo, como se disse antes, é realmente auspicioso que a ciência econômica tenha abandonado, não se sabe se definitivamente, a pretensão de ser axiologicamente neutra. Sobretudo quando o faz pela voz de expressivos representantes de diversas correntes da “profissão” e, além disso, com o aval da *American Economic Association*. Pois admitida a presença ineliminável dos valores na constituição do saber econômico, seja tal aceitação tática ou franca, as disputas por legitimidade entre as diversas correntes terá necessariamente que abarcar o campo dos valores. Se há valores, no plural, segue-se de imediato que estes são ou podem ser

antagônicos. Se, por outro lado, a ciência econômica oferece-se como instrumento de previsão e de controle da economia, como meio indispensável a uma prática econômica eficaz, e a eficácia, neste caso, depende dos valores (finalidades) que a ciência instrumentaliza, os quais não são mais universais, então toda a justificação e legitimidade depende essencialmente dos valores.

Em síntese, se é possível admitir que a ciência econômica não tem estado alheia às transformações ocorridas nos últimos 30 ou 40 anos na filosofia da ciência, somos forçados a concluir que a refutação da rígida separação entre fatos e valores, de aceitação até recentemente generalizada, pode dar origem, na ciência econômica, à atitudes teóricas muito distintas. Por um lado, pode resultar em atitudes, semelhantes às de autores como Heilbrunner, que valorizam o papel da “visão” e da ideologia na construção de teorias e, por conseguinte, nelas localizam não apenas a instância que justifica um dado conhecimento científico mas, igualmente, a instância desde a qual se pode perguntar sobre o sentido do conhecimento para a vida humano-social. Por outro lado, da inevitável promiscuidade entre fatos e valores pode prosperar uma atitude cético-instrumental. Atitude predominante, diríamos, que concebe negativamente a ideologia e que, impossibilitada de eliminá-la, conscientemente ou não, decide por sua sublimação.

Se esta conclusão parece legítima, então, pergunta-se: para uma ciência como a Economia que, por pertencer às humanidades, lida com as finalidades e o sentido da vida humana, como livrar-se deste dilema? Se não pode mais se exibir como ciência neutra em relação aos valores; se deve admitir explicitamente que se constrói a partir de determinada concepção de mundo, da valorização de determinados objetivos (sociais) em detrimento de outros, que não é neutra em relação aos interesses sociais; e, finalmente, se não pode justificar sua tomada de posição por referência a eventuais valores sócio-humanos universais, onde então buscar sua legitimidade? Quem sabe, portanto, não tem razão o pragmático Richard Rorty ao afirmar que o abandono da eterna busca da verdade pela tradição ocidental deságua, por necessidade, na solução ético-etnocêntrica oferecida pelo pragmatismo liberal democrático? Quem sabe, também na Economia, as desventuras da epistemologia não devam desembocar na “venturosa” solução pragmática? Não será este por acaso o resultado incontornável da negação negativa da ontologia? (Duayer & Moraes, 1997)

Pretendemos, com isso, ter demonstrado a atualidade da temática com a qual vimos lidando ao longo de dez anos. Seria, naturalmente, rematada pretensão imaginar que a investigação ora proposta destile, ao final, a solução para os dilemas apontados. Sequer nos propomos a tarefa ingênua de alterar convicções. Pois, se há alguma razão na breve análise do problema feita acima, os valores que impregnam as noções científicas não são alteráveis por simples argumentação racional. Há mais no discurso científico do que a mera lógica. No entanto, como também não professamos o ceticismo terminal, talvez se possa caracterizar a perspectiva desde a qual abordamos o tema com a palavra inglesa *ingenuous*, que combina lindamente acepções antitéticas: o simples, aberto e franco com o original e criativo. Pois se, afinal, o discurso científico acolhe o valor como categoria lícita de ser pensada cientificamente e se a ciência é instrumento de realização de valores, então abre-se um espaço considerável para pensarmos os valores humanos e sociais que desejamos realizar

com a ajuda da ciência. E a ciência, neste caso, terá que ser ingênua no duplo sentido da palavra inglesa.

3.4. Há, ainda, a lembrar, uma última e importante justificativa para esta proposta: ela dará continuidade a um trabalho acadêmico já “integrado”, um rico processo de interlocução e colaboração intelectual mantido pelos pesquisadores responsáveis pelo projeto por mais de dez anos, anos de pesquisa e docência no Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense. O interesse de ambos pelas questões filosófico-teóricas que informam a prática das ciências sociais, em geral, e da economia, em particular, bem como sua prática docente, sempre direcionada para disciplinas de metodologia ou epistemologia, criaram as condições favoráveis para este processo. Vale lembrar, neste contexto, que os proponentes contribuíram efetivamente para instaurar, talvez de maneira pioneira no país, uma linha de pesquisa em filosofia e metodologia em um departamento de economia, tanto na graduação como na pós-graduação. Por outro lado, as formações diferenciadas dos dois professores - um em economia, o outro em filosofia - muito contribuíram para complementar e enriquecer esta troca intelectual. Importante ressaltar, neste contexto, que esta interlocução - como aliás não poderia deixar de ser -, não foi interrompida com o afastamento dos pesquisadores para pós-doutorado e permanece apesar dos pesquisadores trabalharem agora em diferentes IES.

Seria impossível especificar os momentos mais significativos desta troca e colaboração. Mas, alguns exemplos mais visíveis podem ser indicados:

- . 1985 - 1987: A coordenação conjunta do Curso de Especialização Fundamentos Filosóficos das Ciências Sociais, promovido pelo Departamento de Economia da UFF.
- . 1987 - 1991: A responsabilidade partilhada das disciplinas Metodologia da Análise Econômica, na graduação, e Metodologia da Ciência Econômica e Filosofia da Ciência Econômica, no mestrado.
- . 1995: A elaboração em co-autoria do artigo *Recelebração do mercado: conservadorismo e crítica*, publicado na Revista *Universidade e Sociedade* (janeiro de 1996, ano VI, nº 10).
- . 1996: A elaboração em co-autoria do artigo *A ética pragmática do neo-conservadorismo*, Editora Uapê, Rio de Janeiro, integrando um livro sobre ética contemporânea (*Ética*), com publicação confirmada para março de 1997. Com modificações, este trabalho foi aceito para publicação no primeiro número de 1997 da revista *Ensaio FEE*.

4. PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

As atividades do projeto integrado deverão desenvolver-se simultaneamente em três frentes: pesquisa bibliográfica, organização de um acervo de referências e seminários.

4.1. Pesquisa bibliográfica:

Será a atividade âncora do projeto integrado, com caráter permanente. Visa-se, também, a organização, na UFF e na UFSC, de um acervo de livros, periódicos especializados e teses, de acordo com os interesses temáticos previamente determinados pela equipe de pesquisadores. A metodologia da organização deste acervo obedecerá aos critérios internacionalmente aceitos para bibliotecas, com a utilização de modernos métodos de indexação informatizada. Deve-se, ainda, destacar que o acervo poderá englobar documentação sobre suportes especiais, como vídeos e fitas cassetes. Nosso interesse básico é o de facilitar o mais possível o acesso ao acervo para que todos os interessados possam ter nele uma referência básica para o trabalho da pesquisa.

Por outro lado, a pesquisa deverá abrir um *dossier* para cada um dos interesses temáticos, procurando explicar os fundamentos da questão enfocada. Todo *dossier* deverá conter, obrigatoriamente, pequenos verbetes, biografias básicas, cronologias específicas e outras referências de interesse.

4.2. Acervo de referências:

O projeto integrado deverá, também, organizar um acervo de referências externas à pesquisa localizando trabalhos afins no Brasil e no exterior. Para que esse propósito se realize, manteremos contato e correspondência com instituições universitárias e de pesquisa nacionais e estrangeiras, reforçando, inclusive, os contatos que os pesquisadores já mantêm com cientistas da University of Nottingham e da University of Warwick, na Inglaterra, e University of Massachusetts (Amherst), nos Estados Unidos.

4.3. Seminários:

Serão estabelecidas as condições para que projetos e relatórios em andamento sejam discutidos em seminários permanentes, internos aos sub-projetos e no âmbito geral do projeto integrado.

O primeiro seminário será realizado ainda em janeiro de 1997, tendo em vista a troca de informações entre os pesquisadores e o nivelamento dos bolsistas convidados a participar do projeto.

A realização de seminários internos será um procedimento regular ao longo dos dois anos de duração do projeto. Estão previstos seminários locais de acompanhamento da pesquisa: bimensais, para as equipes locais de cada pesquisador, e bianuais, um em cada local onde se deverá se desenvolver o projeto (Niterói e Florianópolis). Esses últimos serão abertos a professores e alunos interessados na temática da pesquisa.

5. PLANO DE TRABALHO DOS PESQUISADORES

As atividades desta pesquisa são integradas e o seu produto deve ser necessariamente coletivo e de equipe, sem prejuízo, naturalmente, como já vem

ocorrendo, da produção de artigos, comunicações, etc., individuais. Para fins práticos, os docentes envolvidos terão atividades específicas de pesquisa e orientação, incluídos em seus planos de trabalho e registrados junto aos órgãos competentes das respectivas IESs. As atividades dos professores serão as seguintes:

5.1. Desenvolvimento das pesquisas específicas: como indicamos acima, a pesquisa deverá se desenvolver em dois blocos.

5.1.1. Em um dos blocos, sob responsabilidade do Prof. Mário Duayer, serão descritas e analisadas as “desventuras” epistemológicas da Economia, desde seus primeiros momentos, em que se pretendia física social, até sua final rendição ao ceticismo epistemológico de corte kuhniano, lakatosiano, retórico, pós-moderno, etc. Conforme indicado na justificativa deste projeto, não se trata aqui de focar as diferenças entre tais posições desde a ótica gnosiológica. Minúcias e detalhes destas posições, apesar de relevantes em outros contextos, constituem momento de menor importância para a perspectiva aqui adotada. Em outras palavras, frente ao problema fundamental que se manifesta por meio de suas críticas recíprocas, a saber, o crescente processo de ceticismo epistemológico, não caberia concentrar a atenção na diferenciação de seus protocolos de legitimação ou deslegitimação epistemológica. Por esta razão, neste bloco a orientação básica do processo de investigação tem o propósito de apreender, pela inspeção da literatura específica mais representativa, este que é o fundamento comum das correntes ditas críticas no campo da filosofia da ciência, e que na Economia se apresentam como desvalidação da ciência positiva. Nesta forma de abordar a questão, estaremos apoiados em autores que expressam diametralmente opostas, tais como R. Rorty e G. Lukács. Ambos autores lêem os desenvolvimentos na filosofia da ciência como uma falência da tentativa de resolver os problemas da cientificidade no campo da epistemologia (gnosiologia) e indicam, cada qual ao seu modo, como tais problemas, inevitavelmente, desbordam na ontologia. A crescente irresolução da epistemologia é cada vez mais patente nos autores considerados clássicos no campo da metodologia da ciência econômica (Blaug, Caldwell, Hausmann, etc.). Da mesma forma, fica demonstrada pelo recurso à retórica. Em contraposição, pós-keynesianos, neo-schumpeterianos, marxistas, etc. voltam a afirmar a necessidade do realismo, repondo no debate, portanto, a questão da ontologia.

5.1.2. Em outro bloco, sob responsabilidade da Prof^a Maria Célia M. de Moraes, serão analisados e identificados, no campo da filosofia, os desdobramentos teóricos deste mesmo processo, digamos, de crise epistemológica, no qual encontram-se afirmações sobre o colapso do real e a rejeição de todas as certezas, se põe em dúvida a racionalidade iluminista, a ciência positiva, a idéia de verdade como adequação, a noção de linguagem como meio neutro, transparente e literal, etc. No contexto das teorias pós-modernas, pós-estruturalistas e neopragmáticas, serão privilegiados na investigação, sobretudo, as questões postas pelo *linguistic turn* - sua negação da ontologia e sua afirmação da realidade como um constructo ou resultado de um sistema particular de linguagem - e o embate realismo/anti-realismo no pensamento contemporâneo. No primeiro caso, os desafios postos pelo *linguistic turn*, mediante a leitura e análise da bibliografia mais representativa, procuraremos diagnosticar e discutir os impactos das teses ali propostas sobre os

modos tradicionais de interpretação na filosofia e nas ciências sociais, notadamente na economia, e as formas pelas quais os pontos básicos de sustentação e a própria inteligibilidade dessas ciências foram colocadas em cheque. No segundo caso, o embate realismo/ anti-realismo, também partiremos de Lukács e Rorty - incluindo as discussões apresentadas por Bhaskar -, ainda que seguindo um itinerário inverso ao que se propõe o primeiro bloco da pesquisa. É pela contraposição das concepções de ontologia destes autores que, segundo avaliamos, pode-se esclarecer o verdadeiro solo do debate que se apresenta como meramente epistemológico. O que é mais instigante em discutir autores com posições tão antitéticas, como Lukács e Rorty, é o fato de que os dois, em sua crítica imanente ao racionalismo cientificista, chegam a uma mesma denúncia, a saber, a unilateralidade da filosofia reduzida à gnosiologia. Conclusão à qual, ainda que por outros meios, também chega o *linguistic turn* pós-estruturalista. A investigação desses dois aspectos, no campo próprio da filosofia, nos permitirá, acreditamos, melhor explicitar as chamadas irresoluções da epistemologia e suas relações com o atual processo de reflexão filosófica e epistemológica da Economia.

6. PLANO DE TRABALHO DOS PESQUISADORES

6.1. Durante os 24 meses da realização da pesquisa e em função de seu caráter eminentemente teórico, algumas atividades se darão em bases permanentes, com ênfases diferenciadas, dependendo das exigências do processo da investigação. Incluem-se entre elas, o levantamento bibliográfico, a revisão da literatura e a análise e a sistematização do material recolhido.

6.2. Orientação dos bolsistas sob sua responsabilidade (tarefas de organização do acervo de referências e de pesquisa bibliográfica e/ou de campo)

6.3. Organização e participação nos seminários previstos no período de duração da pesquisa.

6.4. Relatórios parcial e final do projeto integrado para o CNPq

6. BOLSAS

- . duas (2) bolsas de aperfeiçoamento
- . quatro (4) bolsas de iniciação científica (preferencialmente para estudantes de Economia de ambas as universidades)

OBS. Cada pesquisador ficará responsável pela orientação de um bolsista de aperfeiçoamento e dois de iniciação científica.

6.1. Plano de trabalho - Bolsas de Aperfeiçoamento:

Desenvolvimento de trabalho de pesquisa bibliográfica e análise dos principais textos contemporâneos que apresentem a discussão sobre as bases filosóficas e metodológicas da Economia.

6.2. Plano de trabalho - Bolsas de Iniciação Científica:

6.2.1. desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, levantamento de revistas especializadas que discutam a “agenda” pós-moderna e suas repercussões nas ciências sociais e na Economia.

6.2.2. desenvolvimento de pesquisa bibliográfica tendo em vista o levantamento de livros especializados que discutam as questões teóricas e metodológicas que marcam as ciências sociais e a Economia. Organizar dossiês com o material obtido.

OBS. Os bolsistas serão incentivados e orientados no sentido de produzir pequenos textos didáticos.

7. CRONOGRAMA PARA 24 MESES

- . Seminários internos - março 97 e, a partir daí, bimensais para as equipes locais e bianuais para cada equipe do projeto integrado.
- . Pesquisa bibliográfica (levantamento, revisão, análise e síntese do material recolhido) deverá ter caráter permanente durante a pesquisa, com interrupções para a elaboração dos relatórios.
- . O mesmo caráter de permanência - e interrupção - está previsto para a elaboração dos *dossiers* e a organização do acervo de referências externas.
- . Relatório parcial integrado (CNPq) - dois meses de cada ano
- . Relatório final integrado (CNPq) - quatro meses do último ano.

8. ORÇAMENTO

8.1. Referente ao CNPq

8.1.1. Custeio

8.1.1.2. Serviços de Terceiros e Encargos

8.1.1.2.1. Passagens Aéreas:

Trecho	Preço (R\$)	1º Ano		2º Ano	
		Q ^{de}	Total	Q ^{de}	Total
Rio-Flp-Rio	542,44	01	542,44	02	1.084,88
Flp-Rio-Flp	542,44	01	542,44	02	1.084,88
Total			1.084,88		2.169,76
					3.254,64

8.1.1.2.2. Diárias:

Trecho	Valor (R\$)	1º Ano		2º Ano		
		Q ^{de}	Total	Q ^{de}	Total	
Florianópolis	100,00	04	400,00	08	800,00	
Rio	100,00	04	400,00	08	800,00	
Total			800,00		1.600,00	2.400,00

8.1.1.2.3. Remuneração de Serviços Pessoais:

	1º Ano		2º Ano		
	Q ^{de}	Total	Q ^{de}	Total	
Técnico em informática		1.500,00		1.500,00	
Bibliotecário-arquivista		1.000,00		1.000,00	
Total		2.500,00		2.500,00	5.000,00

8.1.1.3. Material de Consumo

	Valor (R\$)	1º Ano		2º Ano		
		Q ^{de}	Total	Q ^{de}	Total	
Cx. Papel A4	65,00	05	325,00	05	325,00	
Cópias Xerox	0,07		700,00		700,00	
Total			1.025,00		1.025,00	2.050,00

TOTAL DE CUSTEIO**R\$12.704,64**8.1.2. Capital

8.1.2.1. Material Bibliográfico:

	1º Ano	2º Ano	
Livros e Periódicos	5.000,00	5.000,00	10.000,00

8.1.2.2. Equipamento e Material Permanente

	1º Ano	2º Ano	
Arquivo p/ Pastas Susp.(4)	840,00	-	840,00

TOTAL DE CAPITAL**10.840,00**

TOTAL GERAL

25 124,64

8.2. Contrapartida das Universidades envolvidas no projeto

8.2.1. Dois Professores Titulares/Doutores em DE, com disponibilidade de 20 horas semanais para a pesquisa.

8.2.2. Material Permanente: Disponibilidade de uma sala climatizada para a pesquisa, com mesas de estudo e um computador e impressora em cada IES.

9. PRODUÇÃO CIENTÍFICA ESPERADA

- a. Um livro, com os resultados finais da pesquisa
- b. Quatro relatórios de iniciação científica
- c. Dois relatórios de aperfeiçoamento
- d. Elaboração de comunicações com base na pesquisa integrada para apresentação nas Reuniões Anuais da ANPEC, ANPOCS, ANPUH e ANPEd, e eventuais congressos.
- e. Preparação de artigos para publicação em revistas especializadas.
- f. Publicação do relatório final na série Textos para Discussão do Departamento de Economia, UFF, e nos Cadernos CED, UFSC.
- g. Relatório final para o CNPq.